



ISBN:978-85-89252-14-0

INTERNACIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: DIÁLOGOS ENTRE BRASIL, PORTUGAL E ESPANHA

Autor(es)

FÁTIMA DA SILVA GRAVE ORTIZ, VIRGÍNIA ALVES CARRARA, MARINÊZ DE OLIVEIRA XAVIER, MARIA ROSA

TOMÉ, ALCINA MARTINS

Resumo

A crise contemporânea do capitalismo em todo o globo tem incidido na profissão, tanto no nível do exercício profissional, dada a reestruturação dos sistemas de proteção social; quanto no âmbito da formação, tendo em vista as inflexões produzidas pela adoção das orientações do Processo de Bolonha, notadamente no ensino superior dos países europeus. O objetivo deste artigo é apresentar os principais resultados das pesquisas desenvolvidas nesses países destacando os pontos de interseção entre eles: as tendências europeias no exercício e na formação profissional dos Assistentes Sociais e as interfaces com o Serviço Social brasileiro, em tempos de internacionalização do ensino superior.

1o. autor: Doutora em Serviço Social pelo PPGSS/UFRJ, docente da Escola de Serviço Social da UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.

2o. autor: Doutora em Serviço Social pela PUC/RJ, docente do Curso de Serviço Social do DECSO/ICSA da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, Mariana, Minas Gerais, Brasil.

3o. autor: Doutora em Direito com Menção Internacional - Universitat de les Illes Balears. Palma de Mallorca- ES; Professora Adjunta do Instituto Politécnico de Beja - Portugal e Professora Visitante da Universitat de les Illes Balears-Espanha.-Departamento de filosofia y trabajo social, Palma de Mallorca, Espanha.

4o. autor: Doutora em Letras, especialidade de História Contemporânea; Professora do Instituto Superior Miguel Torga (ISMT) e investigadora do CEPESE, Coimbra, Portugal.

5o. autor: , Doutora em Serviço Social, Professora Associada do Instituto Superior Miguel Torga (ISMT) e investigadora do CEPESE, Coimbra, Portugal.

INTERNACIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: diálogos entre Brasil, Portugal e Espanha

Resumo:

A crise contemporânea do capitalismo em todo o globo tem incidido na profissão, tanto no nível do exercício profissional, dada a reestruturação dos sistemas de proteção social; quanto no âmbito da formação, tendo em vista as inflexões produzidas pela adoção das orientações do Processo de Bolonha, notadamente no ensino superior dos países europeus. O objetivo deste artigo é apresentar os principais resultados das pesquisas desenvolvidas nesses países destacando os pontos de interseção entre eles: as tendências europeias no exercício e na formação profissional dos Assistentes Sociais e as interfaces com o Serviço Social brasileiro, em tempos de internacionalização do ensino superior.

Palavras-Chave: Internacionalização do Serviço Social; Formação e Trabalho Profissional dos Assistentes Sociais na Espanha, Portugal e Brasil; Processo de Bolonha; Crise do Capital.

Abstract:

The current crisis of capitalism worldwide has focused on the profession, both in the level of professional practice, taking into account the restructuring of social protection systems; and training in order inflections produced by the adoption of the guidelines of the Bologna Process, especially in higher education of the European countries. The aim of this paper is to present the main results of the research carried out in these countries highlight the points of intersection between them: European trends in exercise and training of social workers and interfaces with Social Work in Brazil, in times of internationalization of higher education.

Keywords: Internationalization of Social Work; higher education and work of the Social Workers in Spain, Portugal and Brazil; Bolonia Process; Capital Crisis.

1 Introdução

A análise da historiografia do Serviço Social no mundo ocidental deixa claro que esta profissão emerge em vários países da Europa e das Américas no período que ocorre desde os últimos anos do século XIX até a primeira metade do século XX, se estendendo progressivamente entre os diversos países destes continentes. Carme Rubi (1990, citada por MOURO e SIMÕES, 2001) indica o crescimento quantitativo do número de escolas de Serviço Social: em 1929 - 111 cursos de Serviço Social em 16 países; em 1937 - 179 em 32 países; e em 1950 - 373 em 46 países. Ou seja, em cinquenta anos a profissão emergiu

e se institucionalizou em muitos países, considerando obviamente as particularidades regionais, mas também que o período de emergência do Serviço Social coincide exatamente com o processo de transição do capitalismo em sua fase concorrencial para a era monopólica e neste a reconfiguração do Estado, as políticas sociais e as instituições sócio-assistenciais.

Observa-se que tanto em Portugal e Espanha quanto no Brasil, o Serviço Social institucionalizou-se na década de 30 do século XX. No caso brasileiro, é sabido que o primeiro curso de Serviço Social surgiu em 1936 em São Paulo. Já em Portugal, conforme Negreiros (1998), o surgimento do Serviço Social acontece em 1935 com a criação da primeira escola, Instituto de Serviço Social de Lisboa, e em 1937, com a Escola Normal Social de Coimbra. O Instituto de Serviço Social do Porto surge em 1956. Na Espanha, a primeira escola de Serviço Social foi criada em 1932 em Barcelona e a segunda foi criada em Madrid em 1967. Foi somente na década de sessenta, precisamente com a aprovação ministerial da regulamentação das escolas de formação de assistentes sociais em 1964 e, posteriormente, a aprovação do Plano de Estudos do Ensino de Assistentes Sociais, que outras escolas foram criadas no resto do país.

Contudo, ainda que o Serviço Social tenha surgido em momentos históricos próximos em vários países e, seus profissionais tenham sido recrutados para o atendimento das diversas expressões da questão social, o rumo que a profissão tomou nos diferentes países merece destaque. Ainda que com muitas convergências, é preciso observar as particularidades assumidas pelo Serviço Social nos vários países. Nos dias atuais, a crise contemporânea do capitalismo em todo o globo, atingindo inclusive os países centrais, tem incidido paulatinamente na profissão, tanto no nível do exercício profissional, dada a reestruturação dos serviços sociais; quanto no âmbito da formação, tendo em vista as inflexões produzidas pela adoção das orientações do Processo de Bolonha, notadamente no ensino superior dos países europeus.

Desta forma, foi movido por este intuito que alguns docentes pesquisadores da Área de Serviço Social e vinculados em universidades do Brasil, Portugal e Espanha vem intensificando o diálogo e as pesquisas sobre os fundamentos do Serviço Social. Nosso objetivo neste artigo é apresentar os principais resultados das pesquisas desenvolvidas por tais pesquisadores e os principais aspectos que envolvem o exercício e a formação profissional nestes países na contemporaneidade, destacando os pontos de interseção entre eles.

2. Tendências europeias no exercício e na formação profissional dos Assistentes Sociais

Na Europa se encontra em curso, desde a metade do século XX, a construção da identidade do cidadão europeu, iniciada com a criação da Comunidade Europeia do Aço e do Carvão – CECA, em 1954, e que tem sua expressão maior com a União Europeia - UE. Desenvolveu-se um Estado sobre os estados nacionais, com políticas, programas e projetos para as mais distintas áreas, com especial destaque para a educação superior. Mas é na entrada do século XXI, que o caminho para as mudanças do papel da universidade na Europa, com consequências em outros continentes ganha novo fôlego com o Processo de Bolonha. O tema central, defendido pelos ideólogos desta reforma do ensino superior que atingiu a Europa foi, e ainda é a qualidade. Argumentam que grande parte da falta de qualidade dos sistemas universitários da Europa Ocidental está na tradição de sua autonomia, entendida por estes mesmos ideólogos como “ausência de mecanismos externos de vigilância e certificação, e, noutros, na implementação de formas de controlo de qualidade académica à margem da supervisão governamental” (DGES, 2014). Não é sem razão a proliferação de sistemas de avaliação externa e de acreditação com seus instrumentos de certificação, não raras vezes, alheios às realidades nacionais.

O Processo de Bolonha firmou-se, portanto, com a bandeira da qualidade para a formação do ensino superior, ao mesmo tempo que em 2009 se instituiu o Espaço Europeu do Ensino Superior e o Espaço Europeu de Investigação, como estratégia comunitária da UE, que definiu o objetivo de, até 2010, fazer da Europa, “a economia do conhecimento mais competitiva e mais dinâmica do mundo, capaz de um crescimento económico duradouro acompanhado de uma melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e de maior coesão social” (Processo de Bolonha, 2013). Nesta perspectiva está assente a ideia de que na atual economia a informação e o conhecimento vão substituir a dependência das economias industriais do capital e do trabalho como elementos estruturais, como defendem os pós-modernos como Bell (1976). Como essas propostas recaíram sobre o Serviço Social português e espanhol?

Começamos então pelo Serviço Social em Portugal. O Serviço Social português tem reconhecido o seu grau académico de licenciatura em 1989. Durante mais de quarenta anos os estudantes de Serviço Social ao final do curso de quatro anos obtinham somente o diploma profissional, não conferente de grau universitário. Com a atribuição deste grau académico ao curso com a duração de cinco anos, a formação de Serviço Social veio a integrar-se no ensino superior universitário e politécnico, tanto público como privado. Conquistada a licenciatura no Serviço Social, cria-se a carreira Técnica Superior de Serviço Social (TSSS) na administração pública, e prolifera a criação de novos cursos nas Instituições de Ensino Superior (IES). O plano de estudo tinha então uma duração de cinco anos, com disciplinas da área específica e das áreas das ciências sociais e humanas. Apesar de não existirem parâmetros comuns provenientes da organização formal das escolas ou dos profissionais havia o pressuposto da exigência de uma formação académica sólida, teórica e criticamente. A formação teórico-prática incluía o estágio supervisionado e a investigação em Serviço Social, contemplada na vertente de disciplina, seminário de orientação e de prática de iniciação à investigação (Martins, 2010).

Em 1987 inicia-se o curso de mestrado resultante do convênio entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP/Brasil) e o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL) e em 1997 o primeiro curso de doutoramento também pelo mesmo convênio. Resultou deste processo: a qualificação académica de professores dos ISSS de Lisboa, Porto e Coimbra; a criação de cursos de mestrado e de doutoramento em Serviço Social, reconhecidos pelo Ministério da Educação, respectivamente em 1995 e 2003; a criação do Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social (CPIHTS), Associação Científica de Serviço Social e das Ciências Sociais, em 1993, credenciado em 1999 pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) como Unidade de Investigação e Desenvolvimento (I&D).

As conquistas da profissão de Serviço Social ocorreram no rescaldo cultural do Pacto Social após a crise de 1981/1984 e são devedoras do esforço de um grupo profissional, já existente durante os últimos anos da ditadura, que fez uma aproximação ao Serviço Social crítico e, que impulsionou após a Revolução dos Cravos a organização dos assistentes sociais. A construção do projeto profissional subjaz a organização política da categoria e articulou docentes, estudantes, assistentes sociais de diferentes campos de intervenção, Associação de Profissionais de Assistentes Sociais e sindicatos.

Nos anos 90, quase triplica o número de cursos até então existentes, dos três cursos fundadores passa-se para oito, todos do ensino universitário privado. Com a criação do mercado educacional nesta área, a expansão indiscriminada de cursos e a não existência de *curriculum* ou parâmetros mínimos comuns a esta formação leva a que nem todas as novas instituições assumam os compromissos inerentes aos cursos de licenciatura em Serviço Social, então vigentes, incluindo a qualificação académica dos docentes, nomeadamente os da área de Serviço Social.

Com o Processo de Bolonha, em Portugal, as IES começam a proceder à reestruturação dos planos de estudo, segundo as novas orientações para a reforma do ensino superior europeu. A formação passou a ser organizada em ciclos de estudo (1º, 2º e 3º correspondente aos graus de licenciatura, mestrado e doutoramento). Dos vinte e dois cursos de licenciatura, quatro de mestrado e três de doutoramento em Serviço Social, então existentes, em novembro de 2006, tinham efetuado o registro de adequação apenas ao primeiro ciclo (20) e segundo ciclo (3). Com uma duração que variou entre seis e sete semestres de formação no primeiro ciclo e três ou quatro semestres no segundo ciclo, “a formação cede às exigências do mercado, torna-se permeável a concepções de um perfil profissional mais tecnicista em detrimento dum mais crítico, com maior solidez e qualidade, fragilizando ou mesmo fazendo regredir os avanços já conquistados” (Martins, 2008).

No caso do Serviço Social português, a ausência de diretrizes curriculares mínimas para a formação e de regulamentação para o exercício da profissão impõem limites às estratégias de luta e de defesa da profissão, num cenário marcado pela reforma de Bolonha e pelo desmonte do Estado Social, precarizando as relações e condições de trabalho dos assistentes sociais. Além disso, com a extinção em 2008 da carreira TSSS espaços sócio-ocupacionais da administração pública outrora protegidos tornou o campo mais restrito e mais competitivo.

Percebe-se que a lógica mercantil na formação superior deitou raízes na profissão, como em todas as demais formações de nível superior, pois a expansão da educação superior cumpre importante papel e estratégia às necessidades do capital, conforme destaca Lima (2012, p.2): “à subordinação da ciência à lógica mercantil; [...] à constituição de novos campos de lucratividade, [...] e a construção de estratégias para a obtenção de consenso em torno do projeto burguês de sociabilidade em tempos de neoliberalismo reformado.”

No caso espanhol, o Serviço Social também passa por mudanças. Até o ano de 2008, a formação era realizada num espaço de tempo de 3 anos, conferindo o título de licenciado/a em trabalho social. Com a aprovação do Real Decreto 1393/2007, de 29 de outubro e posteriormente modificado em 2010, se estabeleceu a ordenação do ensino

universitário oficial, implementando o Grau de Trabalho Social (Grado en Trabajo Social) na Espanha a partir do ano de 2008.

Em linhas gerais o que observamos foi a implantação do Processo de Bolonha eliminando o que antes eram as diplomaturas e licenciaturas e tornando a maioria das carreiras universitárias em graduação com duração de quatro anos, com um aumento considerável das horas práticas.

Além disso, o novo sistema de créditos em conformidade com o Processo de Bolonha determina que os novos créditos do Espaço Europeu de Ensino Superior equivalem a 25 horas, ainda que para o cálculo não se contemplem unicamente as aulas teóricas expositivas, mas também os exercícios práticos e as tutorias realizadas. O título de grau em trabalho social corresponde a 240 horas créditos em total.

Por conta dessas mudanças, a nova graduação, nos termos do Espaço Europeu de Educação Superior (EEES), pode ser interpretado positivamente pelos assistentes sociais, não somente pela incrementação de mais um ano acadêmico ou 60 créditos mais, como pela tendência de fortalecimento da relação entre os profissionais nos cursos de adaptação dos diplomados a graduados que contribuem com a experiência prática em todo esse processo de mudança, não somente do sistema educacional, mas também de novos objectivos e desafios para a profissão nestes tempos de crise.

Deste modo, o desafio para os colégios profissionais é a elaboração de um novo marco universitário com pesquisa e investigação em todos os campos da intervenção social, criação de comissões de ética profissional nestes colégios e o aumento dos cursos de pós graduação na área, sobretudo doutorado.

Do ponto de vista do exercício profissional, o contexto de crise capitalista nos põe novas inflexões. Na medida que se prolonga a crise, vão se incrementando recortes nos sistemas de protecção social, diminuição das redes de apoio aos usuários em situações de vulnerabilidade. Desde o início da crise havia um índice de 19% de pobreza, o qual foi incrementando-se em um por cento ao ano e em 2010 as pessoas em risco chegaram a atingir um recorde histórico de 11,7 milhões de espanhóis.

Convém salientar que a rede de atenção pública da Espanha se organiza de maneira especial uma vez que conta com 17 sistemas de serviços sociais e 17 sistemas de renda mínima de inserção. O país está composto por 17 comunidades autônomas, com várias e diferentes autonomias para gerir as prestações econômicas. Várias, mas não todas as comunidades autônomas contam um Estatuto autônomo e essa divisão política, administrativa e social complexa situa Espanha em uma situação muito diferenciada dos demais países europeus.

O país se depara com uma carência de profissionais de Serviço Social. Observamos assim, que a profissão de trabalhadores sociais em Espanha necessita e luta por políticas mais activas. Nesse momento de incerteza, de consequências devastadoras provocadas pela crise e perante o aparecimento de novos movimentos sociais, o trabalhador social espanhol e a profissão de trabalho social, passam por uma reestruturação nos seus valores e a partir das contradições vividas, busca novas formas de gestão que promovam apoio, capacitação para o alcance de novas potencialidades.

Olhando sob um prisma diferente, podemos observar como consequência desse sistema em crise algumas tendências totalmente diferentes, onde alguns programas sociais apresentam uma ideia de “contraprestação” dos serviços sociais, um paradoxo das ideias defendidas e dos avanços alcançados até o momento, ou seja, o que muitos autores tratam como uma “involução” ou um retrocesso em toda a dinâmica seguida no desenvolvimento das políticas sociais espanholas. Observamos um risco de aparecimento ou criação de um grupo de cidadãos para os quais se reconhece os direitos subjetivos de proteção social fundamentados em uma lógica de mercado, onde se evidencia a inserção laboral com fator determinante de grande parte das prestações sociais. Por outro lado, detectamos um outro grupo de cidadãos tratados de forma inferior em razão da precarização das condições laborais, a destruição dos sistemas de protecção e o aumento das incertezas sociais.

Diante da nova problemática e dos novos desafios, o Conselho Geral de Trabalho Social Espanhol assume um compromisso em dar apoio e reforçar ações a favor da defesa dos direitos sociais e da cidadania.

2. Interfaces com o Serviço Social brasileiro

O mesmo contexto de crise capitalista tratado linhas atrás também incide sobre o Serviço Social no Brasil, ainda que por aqui novas particularidades se ponham, tendo em vista a posição periférica historicamente assumida pelo país no circuito capitalista. No entanto, esta crise (presente desde os anos 70 do século XX) irá incidir diretamente sobre o padrão de acumulação capitalista, gerando a necessidade de mudanças efetivas nas estruturas da sociedade burguesa, as quais podem ser identificadas pela financeirização (claramente materializada pela hipertrofia do capital financeiro sob o capital produtivo), pela globalização (proporcionada pelo avanço da microeletrônica e da comunicação em rede), pela reestruturação produtiva (mudanças no mundo do trabalho através da reorganização dos processos de trabalho e das relações de trabalho) e o neoliberalismo (processo de reconfiguração do Estado e das instituições a ele pertinentes). A contrarreforma do Estado (BEHRING, 2003) será então um dos processos dentro desta estratégia mundial do grande capital para manutenção de suas taxas de lucro e estabilidade em face à crise.

O processo de contrarreforma do Estado irá incidir diretamente sobre o seu funcionamento e diretrizes políticas e econômicas. E neste sentido, uma de suas estratégias é a reconfiguração do padrão de suas relações com seus empregados/servidores. Observa-se que o Estado incorpora a mesma lógica da empresa privada - “cultura do gerencialismo” - repetindo vários de seus expedientes como a precarização das relações de trabalho. Isso traz impactos a todos os trabalhadores que são empregados pelo Estado e para os assistentes sociais em particular.

A precarização das condições e relações de trabalho atinge os assistentes sociais brasileiros, portugueses e espanhóis. Cabe ressaltar que o termo “precarização” surge no debate acadêmico e político no final do século XX com as mudanças impostas ao mundo do trabalho e diz respeito ao processo de fragilização das relações de trabalho em face aos sistemas de proteção social e trabalhista constituídos nas sociedades ocidentais no século XX e em especial no 2º pós-guerra, mas também das condições de trabalho.

Embora não tenhamos condições para aprofundar a temática da “precarização”, dados os limites deste texto, cabe apenas sinalizar que o processo de precarização repousa sob o colapso dos sistemas de proteção social, consolidados ao longo do século XX em vários países, a partir da ofensiva neoliberal. Dentro deste processo, várias formas de flexibilizar as relações de trabalho se constituíram, a despeito da existência das legislações trabalhistas ainda existentes.

Os anos 90 do século passado e o século XXI vêm assistindo a uma multiplicidade de vínculos trabalhistas, tanto na esfera pública quanto privada, nas relações entre trabalhador e empregador: cooperativa, condição de autônomo em órgãos públicos e privados, licitação, contratos por tempo determinado.

No caso dos assistentes sociais, a última pesquisa de caráter nacional promovida pelo CFESS em 2004 não indicava que os profissionais estivessem naquele período em condições precárias de trabalho. Ao contrário, naquela ocasião a maioria esmagadora dos assistentes sociais em todo Brasil trabalhava como servidor público e tinha apenas um único vínculo empregatício. Não há nenhuma pesquisa nacional que atualize essas informações, contudo, temos verificado empiricamente que nos últimos dez anos, este processo de precarização está atingindo tanto os assistentes sociais brasileiros como os demais trabalhadores. Mas de onde se observa esta condição?

Por exemplo, podemos observar que a presença atual dos assistentes sociais no Sistema Único da Assistência Social (SUAS) tem mostrado que embora a NOB RH indique a necessidade de que o trabalhador da assistência seja concursado, há muitos municípios brasileiros que não cumprem esta determinação, contratando de forma precária os trabalhadores, dentre os quais os assistentes sociais.

Embora apenas tenhamos apontado neste texto alguns dados da assistência, o prognóstico não é animador em todas as demais políticas sociais - espaço sócio-ocupacional privilegiado dos assistentes sociais no Brasil, pois há uma tendência mundial de estimular cada vez mais os contratos temporários de trabalho e sem proteção social, além do estímulo à prática do voluntariado.

Do ponto de vista da formação profissional, cabe ressaltar que decorridos apenas 15 anos de aprovação das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social em assembleia promovida pelas entidades ABESS/CEDEPSS em 1996, é relativamente curto o tempo de vigência entre nós do projeto de formação profissional que sustenta as Diretrizes. Além disso, sabemos também que o conjunto de Diretrizes Curriculares homologadas pelo MEC sofreu importante esvaziamento de seus conteúdos, a começar pela eliminação da necessidade da adoção da Teoria Social Marxiana. Soma-se a isso o fato de que a própria concepção de Diretrizes e não de “currículo mínimo”, tende a flexibilizar no cotidiano das unidades de formação acadêmica, a incorporação dos conteúdos e orientações postas pelo projeto de formação profissional, fragilizando este último.

Tais aspectos particulares da formação em Serviço Social no Brasil se defrontam com o contexto do Processo de Bolonha, já assinalado linhas atrás nas realidades da profissão tanto em Portugal quanto na Espanha. No Brasil, a influência de Bolonha se dá basicamente no processo de reforma universitária que atinge as instituições públicas e privadas de ensino superior. Se de um lado, a universidade pública sofre sérios cortes orçamentários, o que dificulta o cotidiano universitário e o fortalecimento do tripé ensino, pesquisa e extensão; de outro, observa-se o crescimento dos cursos privados, inclusive na modalidade à distância.

Deste modo, são muitos os desafios postos ao Serviço Social brasileiro. Somos uma categoria de quase 200.000 profissionais em todo o Brasil, crescendo a uma velocidade vertiginosa. Segundo Pereira (2012, p. 57) “no ano de 2009, as matrículas na modalidade de EAD (52,3%), já superaram as matrículas em curso presenciais (47,7%)”. Isso significa que a educação à distância vem se colocando como modalidade predominante de diplomação em Serviço Social no país, com sérios comprometimentos para o perfil dos assistentes sociais que se construiu com o projeto ético-político profissional.

Considerações finais

A internacionalização é uma das marcas do tempo presente no campo do ensino superior e este trabalho insere-se no esforço de construir diálogos a partir das atuais tendências na formação em Serviço Social no contexto europeu e brasileiro. Para tanto,

buscou-se identificar convergências e particularidades a fim de construir relações internacionais sustentadas em projetos de investigação e produção de conhecimento, para além da circulação de pessoas e ideias desenhadas pelos ideólogos do Processo de Bolonha.

No contexto europeu e brasileiro, a profissão é confrontada com a desregimentação, com a privatização dos serviços do Estado, atingindo os direitos sociais, conseqüentemente, impactando os espaços socio-ocupacionais dos assistentes sociais e a formação profissional. Portugal e Espanha além de sofrerem os impactos da crise que atinge em escala planetária todos os países capitalistas, são constrangidos com as medidas de austeridades impostas pela Troika.

Em Portugal, a atual realidade de reorganização do trabalho e a alteração do padrão de proteção social com o desmantelar do Estado Social conduzem à precarização, ao desemprego, e a um fenômeno novo para os diplomados à emigração, que vem atingindo também os assistentes sociais e mestres, além da desvalorização da formação e da profissão. Apesar de todo o esforço da Associação de Profissionais de Serviço Social para a constituição da Ordem dos Assistentes Sociais, a não regulação da formação e da profissão em Portugal é ainda hoje uma realidade que afeta a formação e fragiliza a luta por melhores condições de trabalho dos assistentes sociais portugueses e organização política da categoria.

Em Espanha, diferentemente do que aconteceu em Portugal com Bolonha, a profissão acende ao grau universitário, tem a formação ampliada de três para quatro anos, e os colégios de trabalhadores sociais se ampliam na organização e articulação com os movimentos sociais.

Bibliografia

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

BELL, D. *The coming of pos-industrial society: a venture in social forecasting*, New York: Basic books, 1976.

CASTEL, R. *El ascenso de las incertidumbres*. Trabajo, protecciones, estatuto del individuo. Fondo de Cultura Económica. Buenos Aires. 2010.

DGES. Garantia de qualidade. Disponível em:

<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Objectivos/Garantia+de+Qualidade/>. Acesso em 24 de março de 2014.

Processo de Bolonha. Disponível em :

http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/lifelong_learning/c11088_pt.htm . Acesso em 25 de novembro de 2013.

LIMA, Kátia. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século In PEREIRA, Larissa Dahmer e ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira (orgs.). *Serviço Social e Educação*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2012.

MARTINS, Alcina. "Investigação em Serviço Social no Portugal Contemporâneo. Paradoxos e Desafios", *Locus Soci@l*, nº 1, 2008, p. 32-47, Revista de Serviço Social, Política Social & Sociedade, Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia, da Universidade Católica Portuguesa.

_____. "Formação e Mercado de trabalho em Serviço Social nos últimos 20 anos em Portugal", comunicação apresentada no II Congresso Nacional em Serviço Social – Espaço (s) e Compromisso (s) da Profissão, organizado pela Associação de Profissionais de Serviço Social, Almada, 18 e 19 Novembro de 2010.

MARTINS, Alcina e TOMÉ, Maria Rosa Tomé. *O Estado Actual da Formação em Serviço Social em Portugal: problemas e desafios à organização profissional*. 19ª Conferência Mundial de Serviço Social, IFSW e CFESS, Brasil, Salvador, 2008.

MOURO, Helena. Serviço Social: um século de existência. IN: MOURO, Helena; SIMÕES, Dulce (coord.) *Cem Anos de Serviço Social*, Coimbra: Quarteto, 2001, pp. 23-60.

NEGREIROS, Maria Augusta Geraldês. Qualificação Acadêmica e Profissionalização do Serviço Social - o caso português IN: *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 56, São Paulo: Cortez editora, 1998, pp. 152-174.

_____. A Construção Social de uma Profissão: Serviço Social, conflito e mudança. In: KARSCH, Úrsula M. (org.). *Estudos do Serviço Social: Brasil e Portugal*. São Paulo: EDUC, 2005.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Expansão dos Cursos de Serviço Social na Modalidade de EAD no Brasil: análise da tendência à desqualificação profissional. In PEREIRA, Larissa Dahmer e ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira (orgs.). *Serviço Social e Educação*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2012.

VARELA, Raquel. Ruptura e Pacto Social em Portugal (1974-20120) IN: *História e Perspectivas*, Uberlândia (49): 335-368, 2013.